Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

DA PROFESSORA AO CORONEL: militarização da escola pública em Mato Grosso e o ensino de Geografia

Jalme Santana de Figueiredo Junior
prof.jalmejunior@gmail.com

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santana Catarina (UFSC) e Professor de Geografia da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, em Várzea Grande/MT.

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0811-6617

RESUMO

Este artigo analisa o processo de militarização das escolas públicas em Mato Grosso, tomando como estudo de caso a transformação da Escola Estadual Profa. Nadir de Oliveira em uma unidade da Escola Militar Tiradentes, da Polícia Militar de Mato Grosso. Foi desenvolvido um estudo de caso em perspectiva de pesquisa qualitativa, tendo como elementos de estudo análise documental e revisão bibliográfica. A análise demonstrou que a implementação do modelo se sustenta em discursos de combate a indisciplina e de melhoria no desempenho escolar, associados a lógica de eficiência, controle e padronização de conduta. No entanto, do ponto de vista pedagógico, a escola militarizada não apresenta inovações curriculares ou metodológicas. Suas diretrizes de ensino, materiais didáticos e processos avaliativos, seguem as mesmas normativas da rede estadual e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O estudo demonstrou que o processo de militarização reafirma uma política educacional voltada ao controle social e ao processo de privatização da educação, sobretudo no que tange os processos de implementação de estratégias neoliberais.

PALAVRAS-CHAVE

Militarização; Escola Pública; Ensino de Geografia; Mato Grosso.

FROM TEACHER TO COLONEL:
militarization of public schools in Mato Grosso and the teaching of Geography

ABSTRACT

This article analyzes the process of militarization of public schools in Mato Grosso, taking as a case study the transformation of the Professora Nadir de Oliveira State School into a unit of the Tiradentes Military School, managed by the Military Police of Mato Grosso. A case study was conducted from a qualitative research perspective, using documentary analysis and bibliographic review as study elements. The analysis revealed that the implementation of this model is supported by discourses focused on combating indiscipline and improving academic performance, tied to a logic of efficiency, control, and standardization of behavior. However, from a pedagogical standpoint, the militarized school does not present curricular or methodological innovations. Its teaching guidelines, educational materials, and assessment processes adhere to the same regulations as the state education network and the National Common Curriculum Base (BNCC). The study demonstrated that the militarization process reaffirms an educational policy focused on social control and the privatization of education, especially with regard to the implementation of neoliberal strategies.

KEYWORDS

Militarization; Public School; Teaching of Geography; Mato Grosso.

DE MAESTRO A CORONEL:
la militarización de las escuelas públicas de Mato Grosso y la enseñanza de la Geografía

RESUMEN

Este artículo analiza el proceso de militarización de las escuelas públicas del Estado de Mato Grosso, tomando como caso de estudio la transformación de la Escuela Estadual Profesor Nadir de Oliveira en una unidad de la Escuela Militar de Tiradentes, de la Policía Militar de ese Estado. Se desarrolló un estudio de caso desde una perspectiva de investigación cualitativa, utilizando como elementos de estudio el análisis documental y la revisión bibliográfica. El análisis demostró que la implementación del modelo se apoya en discursos de combate a la indisciplina y mejora del rendimiento escolar, asociados a la lógica de la eficiencia, el control y la homogenización del comportamiento. Sin embargo, desde un punto de vista pedagógico, este tipo de escuela no presenta innovaciones curriculares ni metodológicas. Sus directrices, materiales didácticos y procesos de evaluación siguen las mismas normas que la red estatal y la Base Curricular Común Nacional (BNCC). El estudio demostró que el proceso de militarización reafirma una política educativa centrada en el control social y el proceso de privatización de la educación, especialmente en lo que respecta a los procesos de implementación de estrategias neoliberales.

PALABRAS CLAVE

Militarización; Escuela Pública; Enseñanza de la Geografía; Estado de Mato Grosso.

Introdução

Em 2021 foi dado início a pesquisa de Doutorado que realizou estudo de caso com objeto de análise, a militarização das escolas públicas estaduais em Mato Grosso. O caso específico analisado foi a militarização da Escola Estadual Profa. Nadir de Oliveira, localizada no bairro Jardim Glória I, município de Várzea Grande-MT. Essa unidade escolar se transformou em uma Escola Militar Tiradentes da Polícia Militar de Mato Grosso, com nome Escola Estadual Militar Tiradentes Ten. Cel. PM Louirson Rodrigues Benevides. O processo que culminou na transformação iniciou em 2020, quando a gestão escolar recebeu comunicado da Secretaria Estadual de Educação, informando o procedimento, solicitando uma audiência pública para deliberação da comunidade escolar.

A audiência foi realizada em Janeiro de 2021, com o aceite da comunidade pela implementação da nova modalidade, se deu início ao processo de transição, como alterações de CNPJ, reconstrução do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, conforme as diretrizes da Secretaria de Estado de Educação. Esse movimento despertou questões interessantes: Por que transformar escolas públicas em escolas militares? Partindo desse ponto central, ampliou-se a reflexão: como esse modelo interfere no ensino de Geografia? Essas duas questões ganharam força e se refletiram na problemática central da pesquisa de doutorado, com título Militarização das escolas públicas em Mato Grosso: o processo de transformação da Escola Estadual Profa. Nadir de Oliveira e suas relações com o Ensino de Geografia.

A pesquisa possibilitou aprofundamento no processo de compreensão da militarização das escolas no Brasil e em Mato Grosso. Primeiro por não se tratar de uma novidade institucional, considerando que as relações entre governo, militares e política educacional são presentes no país desde o início de sua formação econômica e social (Stepan, 1975). Segundo, por superar uma visão midiática que associa o modelo militar como inovação pedagógica, pois aplica no processo de aprendizagem a disciplina, ordem, hierarquia e obediência.

Nota-se que o movimento de militarização das escolas em Mato Grosso, se aproxima mais de uma ação política com características neoliberais e tecnocráticas, associadas a percepções de aprendizagem e ensino voltados para gestão de resultados, que conceber uma educação como possibilidade transformadora, de formação cidadã crítica e preparação qualitativa para o mundo do trabalho.

Neste texto, será apresentado parte das reflexões realizadas no âmbito da pesquisa, elucidar como se deu o processo de transformação da E.E Profa. Nadir de Oliveira em escola militar Tiradentes, e como esse movimento pode revelar aspectos mais profundos, no que se trata pensar o processo de militarização das escolas públicas no Brasil e seu impacto no ensino de Geografia, a partir da educação básica de Mato Grosso.

Procedimentos metodológicos: estudo de caso, problematização e análises

A Escola Estadual Profa. Nadir de Oliveira se localizava no Bairro Jardim Glória I, em Várzea Grande-MT, atendia um público amplo, além dos estudantes oriundos do bairro de sua localização, também contemplava jovens de bairros adjacentes como Vila Arthur, Serra Dourada, Água Vermelha, Jardim Alá, Sol Nascente, entre outros. Em seu Plano Global de Ensino (PGE) [1] a escola surgiu de uma demanda comunitária, por ação dos moradores locais que protagonizaram junto ao governo a construção da unidade escolar, em 1977.

Em 2021 escola foi transformada na Escola Estadual Militar Tiradentes Ten. Cel. PM Louirson Rodrigues Benevides, sua organização pedagógica se manteve vinculado à secretaria de Estado de Educação. Já sua administração ficou a cargo da Polícia Militar, respaldada pela Lei 10.922 de 2019, que criou o Programa de gestão Compartilhada Cívico-Militar para a criação ou transformação de unidades específicas em Escolas Militares – EMMT e dá outras providências (Mato Grosso, 2019).

O Governo de Jair Messias Bolsonaro em 2019, marcou em âmbito nacional uma série de alterações no que trata o projeto político brasileiro. Dentre os debates institucionais, na educação o discurso de doutrinas militares ganhou relevo "No cenário de crescente conservadorismo que toma a sociedade brasileira a militarização vai ganhando proporções assustadoras (Alves; Toschi, 2019, p. 634).

Esse movimento ganhou ressonância e força em Mato Grosso, principalmente pelas articulações entre o governo estadual e seu alinhamento educacional de promoção do processo de transformação de escolas estaduais regulares, em escolas militares ou

[1] Essa nomenclatura começou a se modificar a partir da redemocratização em 1988, tendo em vista o abandono das políticas educacionais do regime militar. Para além da nomenclatura, o conteúdo desse documento também sofreu modificações substanciais, sobretudo por influência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1998 e no caso de Mato Grosso, a Lei 7.040 de 1995 que versa sobre a gestão escolar democrática e constitui o Conselho Deliberativo e Consultivo Escolar (CDCE). Para todos os efeitos, hoje o PGE se chama Projeto Político Pedagógico (PPP), funcionando como uma das bases legais da unidade escolar, junto com seu Regimento Interno e o Plano de Ação da Gestão Diretiva.

cívico militares. Nas escolas cívico militares a gestão administrativa e pedagógica é compartilhada entre profissionais da educação não militares e os profissionais militares. No modelo Tiradentes, os aspectos administrativos e disciplinares são de responsabilidade dos militares, e os pedagógicos ficam a cargo dos profissionais da educação não militares.

Exemplificando, na escola Tiradentes cabe a gestão militar o direcionamento do recurso escolar oriundo pelos Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), dentre outros, essa gestão e execução cabe a função de Direção escolar, que é ocupado por um profissional militar.

O atendimento disciplinar que compreende, busca ativa de estudantes faltosos, registros de ocorrências de indisciplina, infração e seus encaminhamentos – junto aos familiares ou Conselho Tutelar, também são realizados pelos militares, na figura do Diretor/Coordenador Disciplinar. Para os profissionais da educação civis, ficam as demandas pedagógicas, como organização do quadro de horários, supervisão dos planejamentos docentes, distribuição de material escolar e didático, acompanhamento das avaliações, atendimento aos estudantes de inclusão e organização dos déficits de aprendizagem, sejam eles por distorção idade série ou dificuldade de aprendizagem.

O estudo de caso teve como foco principal o modelo de escola militar Tiradentes, tendo em vista que foi para esse modelo que a E.E. Profa. Nadir de Oliveira, foi transformada. O trabalho de pesquisa se realizou a partir de uma investigação qualitativa, de caráter crítico interpretativo, na perspectiva da Geografia Humana, considerando as transformações do espaço escolar público, dentro de suas nuances políticas, contraditórias e institucionais. Compreende-se que o espaço não é um dado neutro, mas uma construção social permanente marcada por disputas, normas, símbolos e práticas que podem expressar as relações de poderes (Santos, 2017).

O estudo foi ancorado nos fundamentos da pesquisa qualitativa, entendida como campo em que o pesquisador estabelece relações dialéticas com o objeto, mobilizando saberes teóricos, vivências práticas que não se reduzem a neutralidade, mas assumem posicionamento político diante da realidade (Demo, 2012). Considerando que o processo analisado possuiu vários atores envolvidos, buscou-se nos elementos da análise de conjuntura (Souza, 2014), traçar um fio analítico que permitisse compreender o caso em todas as suas nuances:

> Para se fazer análise de conjuntura são necessárias algumas ferramentas próprias para isso. São as categorias com que se trabalha: acontecimentos, cenários, atores, relação de forças, articulação (relação) entre "estrutura" e "conjuntura". Cada uma destas categorias merece um tratamento à parte, mas o conjunto elas poderiam ser estudadas como elementos da "representação da vida" ou uma peça de teatro. (Souza, 2014, p. 9).

Como estratégia metodológica principal, optou-se pelo estudo de caso, na perspectiva qualitativa, conforme propõe Lüdke (1986) e Yin (2003). O estudo de caso demonstrou-se fecundo, vez que possibilitou explorar com profundidade as particularidades do processo de transformação da escola pública regular em uma escola militar. Junto as ferramentas da análise de conjuntura, esse olhar revelou pontos interessantes no que trata as intenções da implementação do modelo.

O estudo de caso foi desenvolvido em quatro fazes independentes: (1) fase exploratória; (2) delimitação do objeto; (3) análise sistemática e elaboração do relatório; e (4) prática do estudo de caso (Lüdke, 1986). Na fase exploratória, foi realizada uma ampla leitura sobre o movimento da militarização da educação no Brasil e em Mato Grosso, com ênfase nas implicações políticas e espaciais do processo.

A delimitação do objeto, se deu a partir da escolha da escola mencionada como unidade de análise e do levantamento de documentos, legislações, dados oficiais e produções acadêmicas. Essa etapa permitiu refinar o recorte da pesquisa, estabelecendo chaves de leitura para interpretação, a partir desse ponto que se notou aspectos voltados ao currículo de geografia, elementos burocráticos que servem para diferenciar os modelos: como gestão escolar, planos de ação diretivos e pedagógicos, contratos de impacto social, dentre outros.

A análise sistemática possibilitou a organização dos dados para interpretação à luz dos referenciais teóricos e metodológicos adotados. Foi a partir desse esforço que se produziu a organização dos capítulos que estruturaram a tese. Análises essas que reverberaram na ideia de produção de uma escola pública sob controle militar, demonstrando seus efeitos na formação cidadã e no ensino de Geografia, dentro de uma perspectiva de gestão neoliberal, tecnocrática voltada para ideia de gestão para resultados.

Cabe destacar que no desenho inicial da pesquisa, previa-se realização de entrevistas com professores, estudantes e profissionais envolvidos na rotina da escola militarizada. No entanto, essa estratégia foi revista por orientação da banca de qualificação e em diálogo com o orientador, a partir de análise crítica das condições concretas do campo empírico e dos princípios que regem a pesquisa científica.

O principal ponto de entrave diz respeito à impossibilidade de garantir o anonimato e segurança dos sujeitos envolvidos, considerando que o estudo se concentra em uma única escola e aborda uma temática marcada por forte controle institucional e sensibilidade política. Em um ambiente de disciplina hierarquizada e controle de opiniões por parte dos estudantes, professores ou funcionários pode gerar riscos reais de retaliação ou exposição.

Além desse aspecto, qualquer tentativa de aplicação de questionários ou entrevistas com estudantes exigiria a formalização de termos de consentimento assinados por seus responsáveis legais, o que, poderia dificultar o acesso, colocando a pesquisa sob crivo das autoridades escolares e militares. Essa circunstância poderia não apenas cercear o conteúdo das falas, mas comprometer o princípio da espontaneidade e autonomia dos sujeitos, tornando artificial ou enviesado o processo de coleta.

A ausência de entrevistas não decorre de omissão metodológica, mas de uma decisão consciente de reflexão profunda, fundamentada na preservação da integridade dos sujeitos e na coerência com os princípios éticos da pesquisa qualitativa. Em lugar das entrevistas, optou-se por aprofundar a análise documental, incluindo legislações, instruções normativas, planos de gestão escolar, dados oficiais, produções científicas, o que permitiu sustentar uma interpretação crítica do movimento com base em fontes acessíveis, públicas e verificáveis.

Essa opção metodológica também reforça o compromisso com uma leitura de conjuntura que privilegia os conflitos, os discursos institucionais e os processos históricos de transformação do espaço escolar, sem recorrer a depoimentos que poderiam ser marcados por constrangimento ou autocensura.

Educação, militarização e o ensino de Geografia

A história da educação escolar no Brasil revela, desde o período colonial, uma trajetória marcada por disputas, exclusões e hierarquizações. O projeto de educação formal institucionalizado sempre esteve subordinado aos interesses das elites políticas e econômicas “a forma como se organiza o poder também se relaciona diretamente com a organização do ensino” (Romanelli, 1986, p. 24).

O processo colonizador representou a gênese da formação das elites, provocando uma estratificação social contraditória significativa, que também refletiu na formação econômica e social de Mato Grosso, considerando que “O sistema colônia implantado

pelos portugueses no Brasil (Séc. XVI-XVIII) apresentava um caráter mercantilista cuja finalidade era o fortalecimento do poder real e a expansão do comércio europeu" (Felix, 2008, p. 8).

Com a chegada das bandeiras paulistas em 1600 que os polos de poder em Mato Grosso se instituíram e produziram o conjunto de contradições que marcam sua formação e influenciaram a sociedade de modo geral (Felix, 2008). A partir das raízes coloniais e da institucionalização da educação pelas elites, o caminho para a implantação de modelos autoritários e hierárquicos – como das escolas militares, foi sendo pavimentado por uma longa trajetória de exclusões e subordinações, compreendendo o Brasil nos períodos do Império e República.

A consolidação do modelo dual – entre uma educação para poucos e o controle social para muitos – criou condições para a expansão, principalmente no século XX de propostas escolares orientadas por valores conservadores, centralizados na ordem e na disciplina, sobretudo a partir da instituição do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1930.

A construção das reformas educacionais encampadas a partir de 1930, como o Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932), Constituição de 1934, as leis orgânicas do Ensino (1942 e 2946), por Gustavo Capanema e em 1946 com a Lei Nacional do Ensino Primário – se articulam ao projeto político que rompeu com as oligarquias regionais, características da primeira parte da república (Saviani, 2011).

A ascensão de Vargas e seu grupo político na constituição do Estado Novo, voltado para a industrialização e de aspectos urbanos, consolidou um Estado Capitalista, provocando grandes mudanças nos arranjos especiais brasileiros. Esses movimentos políticos impactaram na oferta e planejamento escolar, buscou-se amplitude na oferta educacional, objetivando qualificar a população e erradicar o analfabetismo, o modelo se manteve fortemente dual em sua realização cotidiana. Em Cuiabá, foi nítida a influência do Estado Novo, sobretudo no que tange o processo de urbanização da capital, ampliando também a demanda educacional (Felix, 2008).

Para todos os efeitos, a formação do sistema educacional do país foi moldada por projetos políticos de organização social baseado na manutenção das desigualdades e na reprodução de estruturas de poder. O caso de Mato Grosso se insere nesse contexto como espaço de implementação das diretrizes nacionais, com forte influência das elites civis e militares.

O papel das Forças Armadas e das instituições civis conservadoras tornaram-se ainda mais visíveis na mediação entre Estado e sociedade, incidindo também na educação. A efervescência política característica do período Vargas, mobilizou condições

históricas significativas para o processo de organização política, social e cultural do Brasil, nos anos que vieram.

O tensionamento entre os projetos de educação popular e os interesses das elites econômicas e religiosas resultou na intensificação das disputas por hegemonia no campo educacional, especialmente entre o público e o privado. Partindo desse aspecto, as estruturas do ensino foram profundamente reformuladas, tendo por fio condutor um projeto tecnoburocrático e autoritário, embasados por interesses econômicos internacionais e por concepções militares de gestão e controle social (Sodré, 1992).

A lógica tecnocrata e autoritária imposta pelo regime militar estabeleceu padrões gerenciais e curriculares que ecoam ainda nos tempos contemporâneos, especialmente nos discursos que sustentam a militarização das escolas como solução para os problemas educacionais. O golpe de 1964 inaugurou no Brasil um ciclo de duas décadas de ditadura militar, momento em que a educação passou a ser influenciada por aspectos conservadores, tecnocráticos e estrangeiros, a exemplo os acordos MEC – USAID.

As diretrizes do período expressaram a tentativa de ajustar o ensino em uma lógica de expansão do capital internacional, promovendo a formação de mão de obra técnica e disciplinada da juventude. Com a redemocratização, o modelo autoritário dá lugar a novos arranjos, que permaneceram igualmente excludentes: o neoliberalismo, propôs reformas educacionais que reposicionaram o papel do Estado, reconfigurando a forma de inserção das escolas militares no espaço público, especialmente em Mato Grosso.

Em 1986 foi criado no sistema educacional de Mato Grosso a primeira escola militar Tiradentes, tinha como perspectiva de organização elementos inspirados nas doutrinas militares. Na época, a escola funcionava em conformidade com as demais escolas regulares do estado, sua gestão administrativa e pedagógica era direcionada por civis, sendo que por três anos a escola funcionou dessa maneira. Em 1990 o Comandante Geral Cel. PM Dival Pinto Martins Corrêa solicitou uma reorganização da escola para que mudasse a nomenclatura e se subordinasse administrativamente à Polícia Militar de Mato Grosso, com o decreto 2.659 de 1990, no Governo de Edison Freitas[2],surge a primeira Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes em Cuiabá-MT.

Já sob administração da Polícia Militar, a unidade escolar indicava por princípios filosóficos a produção de cultura solidificada na disciplina e hierarquia militar, oportunizando aperfeiçoamento das formas de comunicação e estimulando a crítica

[2] Diário Oficial da época disponível em: < diario_oficial_1990-06-13_completo (pm.mt.gov.br) > Acesso em 15 de Junho de 2025.

positivista e conceitos de Dever, Dignidade, Respeito, Verdade e Justiça, conforme disposto no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar[3].

A aproximação do governo estadual com a Corporação Militar – Polícia e Bombeiros, no que trata oferta educacional começo no governo Blairo Maggi (2003-2010), sobretudo pela Lei n. 8.171, de 2004 que estabeleceu a oferta de ensino fundamental e médio, pelas escolas do Corpo de Bombeiros (Tiellet, 2019). Desta feita, em 2017 e 2018 os Deputados estaduais Wancley Carvalho e Sebastião Rezende apresentaram indicações ao poder executivo estadual, para a criação de escolas militares em diversos município de Mato Grosso, sendo Várzea Grande, um deles:

> Indico ao Poder Executivo, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de se tomar providências que culminem com a implantação de uma unidade da Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes no Município de Várzea Grande, ano 2017, autoria Deputado Estadual Sebastião Rezende, número de protocolo 52, em tramitação (Tiellet, 2019, p. 815).

Para compreensão do caso específico da Escola Estadual Professora Nadir de Oliveira, se faz interessante recorte temporal de 2017, onde se iniciou o processo que veio a culminar em sua transformação em Escola Estadual Militar Tiradentes Ten. Cel. PM Louirson Rodrigues Benevides em 2021. O contexto da relação entre política, governo, militares e educação é amplo e compreende o próprio processo de formação do Brasil e de Mato Grosso, que "Por meio do discurso tecnoburocrático, os valores da organização militar – em última análise, uma ética da estrição e da violência colonizadora – buscam regular a sociedade civil" (Sodré, 1992, p. 28).

Transformar escolas públicas em escolas militares resulta de uma relação profunda e histórica do modo de produção capitalista brasileiro, conforme demonstrado no decorrer deste tópico. Sendo assim, o interesse que sustenta o processo da militarização está no objetivo de manutenção das estruturas e relações de poder que constituem o espaço produzido a partir da formação histórica e social brasileira.

O processo de militarização das escolas em Mato Grosso é um movimento político, sobretudo por se tratar de um contexto complexo de relações dos militares com a política institucional, no que tange as tomadas de decisões, implementação e manutenção dos projetos de governo no decorrer da história, que de certo modo, contemplaram e ainda contemplam a introdução na sociedade civil dos valores morais, tecnoburocráticos e disciplinares do ideário militar (Sodré, 1992).

---

[3] A integra desses documentos estão disponíveis para acesso geral no site da Polícia Militar de Mato Grosso, no endereço: <Historico - PM - Raíz> acesso realizado em 15 de Junho de 2025.

Portanto, o modelo de escola militar se consolida enquanto respaldo do discurso político institucional – na medida que coaduna com a ordem de relações sociais que marcam a formação social e econômica do estado, principalmente quando considerado as influências militares no processo de formação econômica e social, como demonstrou-se no decorrer deste tópico.

O projeto de militarização da escola pública se insere como estratégia dentro de um processo mais amplo de racionalidade neoliberal, revelando como a lógica da eficiência, da disciplina e do controle avançam sobre a escola pública com respaldo institucional e político. A experiência do processo de militarização por qual passou a Escola Estadual Professora Nadir de Oliveira, se insere nesse cenário.

Entre a E.E. Profa. Nadir de Oliveira e a Escola Militar Tiradentes: um estudo de caso em Mato Grosso

A proposta de militarização da E.E Profa. Nadir de Oliveira, não surge de modo aleatório, ela vem articulada a uma proposta de militarização que estava embasada em diretrizes estaduais e nacionais, sobretudo pelo modelo incentivado no Governo Bolsonaro (2018-2022):

> O Programa nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), estabelecido pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, visa implantar um modelo de gestão de excelência em unidades escolares públicas de ensino regular que ofereçam as etapas dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio e que possuam baixo resultado de Ideb e alunos em situação de vulnerabilidade social. Destaca-se que a adesão ao Programa ocorre de forma voluntária e por parte dos estados, dos municípios e do Distrito Federal (Brasil, p. 07, 2021).

O programa Federal, apontou possibilidade de gestão escolar compartilhada, nesse modelo, a parte relacionada aos aspectos pedagógicos ficam a cargo dos profissionais da educação civis (professores, coordenadores pedagógicos e profissionais relacionados aos aspectos técnicos educacionais). Já a dimensão relacionada ao Plano de Ação da Direção escolar, administração dos recursos, prestações de contas para com a comunidade, aquisição de materiais e tratativas com fornecedores e órgãos institucionais fica sob responsabilidade da gestão militar.

Coadunando com as diretrizes nacionais o Poder Legislativo, a partir da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) tensionou e impulsionou de aprovação de leis e indicações em prol da possibilidade de militarizar escolas públicas em todo o Estado:

> O número de escolas militarizadas implantadas (na prática) em comparação com o total de pedidos registrados na Assembleia Legislativa do Estado, revela que o maior interessado por uma educação a estes moldes diz respeito ao poder legislativo, mais precisamente a um conjunto de 13 deputados. Vale lembrar que a ALMT conta com um total de 25 membros, ou seja, mais da metade defendeu a militarização das escolas. Contudo, foram nove deputados que mediaram ou influenciaram a implantação das escolas estaduais militarizadas que existem hoje em Mato Grosso, isso corresponde a mais 1/3 da casa (Marins, 2024, p. 66).

Em 2019 foi aprovada na Assembleia Estadual a Lei nº 10.922 de 12 Julho que criava o Programa de Gestão Compartilhada Cívico-Militar para criação ou transformação de unidades específicas da rede pública de ensino fundamental e médio do Estado de Mato Grosso em Escolas Militares – EMMT (MATO GROSSO, 2019). Nesse instrumento normativo, estavam presentes a organização desses modelos escolares, incluindo os procedimentos burocráticos para a transformação ou criação das escolas militares em Mato Grosso.

Foi sob a égide desse instrumento normativo, que ocorreu o processo de transformação da Escola Estadual Profa. Nadir de Oliveira, em Escola Estadual Militar Tiradentes Ten. Cel. PM Louirson Rodrigues Benevides, em 2020. Vale ressaltar que a Lei 10.922, foi revogado pela Lei 11.273 de 2020 que regulamenta o funcionamento e a criação ou transformação, no âmbito da Polícia Militar-MT (PMMT), das Escolas Estadual da Polícia Militar Tiradentes, e no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar-MT (CBMMT), das escolas Estaduais do Corpo de Bombeiros Militar Dom Pedro II, no Estado de Mato Grosso (Mato Grosso, 2020):

> Art. 1 Esta lei dispõe sobre a criação e o funcionamento das Escolas Estaduais da Polícia Militar Tiradentes e das Escolas Estaduais do Corpo de Bombeiros Militar Dom Pedro II, ou transformação de unidades específicas da rede pública de ensino fundamental e médio do estado de Mato Grosso em Escolas Estaduais da Polícia Militar Tiradentes ou escolas Estaduais do Corpo de Bombeiros Militar Dom Pedro II, em atendimento ao que prevê o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso, Lei Complementar 555, de 29 de Dezembro de 2014, e a Lei de Ensino da PMMT e CBMMT, ei complementar nº 408, de 01 de julho de 2010, sendo mantenedora a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e gestoras das unidades de ensino, a Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Miliar do Estado de Mato Grosso. **Parágrafo único:** As escolas estaduais da rede pública de ensino que eventualmente sejam transformadas para o modelo do *caput* passarão a se denominar Escolas Estaduais Militares e receberão a denominação de um militar homenageado que atuou na região de circunscrição (Mato Grosso, 2020).

Alinhado as propostas do projeto de escolas cívico militares do Governo Federal, o Estado de Mato Grosso transformou o projeto de ampliação das escolas militares em Política Pública, tensionando um diálogo institucional com as Metas do Plano Estadual

de Educação, especificamente a Meta 01, 02 e 03 estabelecidas na Lei 10.111 de Junho de 2014, na gestão do Governo Silval Barbosa (2010 – 2015):

> Meta 01 – Promover, continuamente, o Sistema Único de Ensino. Meta 02 – Aferir a qualidade da educação 100% (cem por cento) das unidades de ensino do sistema estadual de educação até 2015. Meta 03 – Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos, conforme previsto em lei, destinados à educação (Mato Grosso, 2014).

A partir da interpretação dessas metas, a Secretaria de Estado de Educação, em 2023, fundamentou a consolidou a ampliação das escolas militares, indicando como elementos principais de implementação do modelo:

> As Escolas Estaduais Militares têm tido destaque nas participações em concursos estaduais e regionais, olimpíadas do conhecimento e em eventos esportivos. Em vista dos bons resultados, a sociedade mato-grossense tem buscado, junto à Secretaria de estado de Educação, a ampliação do número de escolas estaduais militares na rede pública estadual de ensino (Mato Grosso, 2023, p. 27).

Enquanto ação política de governo, projeta-se a ampliação do número de Escolas Militares, escolas de Gestão Cívico-Militares, Jogos Escolares Estudantis Militares de Mato Grosso e Escola Militar de tempo integral vocacionada ao esporte (Mato Grosso, 2023). É esse aparelho burocrático administrativo, respaldado por legislações embasadas na política federal de incentivo a militarização, que se caracteriza a intencionalidade do Estado e seu papel no processo de mudança significativa da oferta educacional em Mato Grosso:

> A questão consistiria em saber a partir de que nível o Estado deixa de confundir-se com um subespaço, para assumir uma escala de decisões que interessam a uma extensão mais vasta, quer dizer, o nível a partir do qual o Estado, por sua ação ou por sua simples presença, preside a uma rede mais extensa de relações (Santos, 2012, p. 231).

O Estado que tem por sua movimentação projetos de governos diversos, em conformidade com o grupo político e financeiro que o conduz em dado momento, se torna agente de mudanças espaciais ilimitados, de modo que a atuação dos sujeitos detentores de poder (em suas diversas escalas) não se limitam apenas a um subespaço específico, pois "se o alcance da ação da organização política fosse limitado a um subespaço, ela não teria os meios para repercutir sobre outros espaços os efeitos dos impactos recebidos" (Santos, 2012, p. 231).

O processo de militarização da E.E Profa. Nadir de Oliveira em Várzea Grande-MT, acaba se tornando o suporte espacial de realização do projeto de Militarização, pois

"consideramos o espaço como uma instância da sociedade" (Santos, 2020, p. 12). Em escala institucional maior (União e Estado) percebe-se alinhamento na ampliação de escolas militares, já na escala institucional menor (Escola e comunidade escolar) encontra-se o suporte espacial necessário para concretamente se realizar a mudança estrutural desejada.

Sob a ótica de Santos (2013), e observando as legislações sobre a militarização, se revela importante demonstrar como se deu a militarização da E.E Profa. Nadir de Oliveira. Portanto, suscita um relato dos fatos que para finalidade da pesquisa, considerando o impacto gerado, podem ser compreendidos enquanto um acontecimento – categoria de análise de conjuntura, conforme Souza (2014).

O caso da EE Profa. Nadir de Oliveira revela como os projetos de militarização da educação, legitimados por legislações e discursos de eficiência operam como vetores de reconfiguração do espaço escolar e da ação do Estado em sua face disciplinadora. Assim, mais do que uma resposta à demanda social, a militarização apresenta-se como estratégia de reprodução de estruturas históricas de poder, condizentes com o modo de produção dominante.

A Lei 11.273 de 18 de dezembro de 2020, regulamenta – em Mato Grosso, a organização das escolas militares. Além de apresentar os objetivos e organizações administrativas do modelo, a lei apresenta um rito de criação ou transformação de escolas públicas estaduais, em escolas militares, conforme:

> Art. 5º A unidade de ensino fundamental de 3º ciclo e ensino médio da rede pública estadual em funcionamento que optar ou manifestar-se pelo modelo de gestão oferecido de Escolas Estaduais Militares será submetida a estudo de viabilidade de acordo com os protocolos a serem definidos pela SEDUC e pelas instituições militares (Mato Grosso, 2020).

É nesse dispositivo legislativo que se apresenta necessidade do Plano de Ação de gestão compartilhada ou gestão militar, da audiência pública e realização de processo seletivo, para vagas remanescentes. Para além, indica que nenhuma unidade escolar passará pela mudança de modelo arbitrariamente. Em seu *caput* também aponta o recorte de atuação visado – Ensino Fundamental 3º Ciclo (7º aos 9º anos) e Ensino Médio.

Em base pelo referido na lei, segue figura 1, demonstrando passo a passo para o processo de militarização, uma vez já iniciado conforme preconizado no §1º da referida Lei 11.273 de 2020:

Figura 1: Passo a Passo do processo de transformação de unidade escolar pública em escola militar



Fonte: Mato Grosso (2020). Elaboração do autor (2024).

Em 15 de dezembro de 2020, chegou ao conhecimento dos profissionais da educação atuantes na E.E Profa. Nadir de Oliveira, intenção por parte da Secretaria de Educação, na transformação da unidade escolar em uma Escola Estadual Militar Tiradentes. O Diretor em exercício, informou que a escola recebeu a comunicação através do e-mail institucional e diante da situação, se realizou uma reunião do Conselho Deliberativo Escolar, para tratar sobre o tema, que resultou na Ata 02/2020, onde que destacou impedimentos de organização da audiência por questão das medidas sanitárias, em decorrência dos cuidados com a COVID-19 e as férias escolares dos estudantes (Figueiredo Junior, 2021).

Enquanto resposta a Ata 02/2020, a Secretaria Estratégica de Gestão e Normas Escolares, encaminhou retorno no dia 16 de dezembro 2020, indicando que não havia motivo para realizar a audiência com a comunidade em data além do dia 17 de dezembro, sendo que independente das orientações de proteção da COVID-19, era possível organizar a exposição (Figueiredo Junior, 2021).

Em decorrência da não realização, por parte da unidade escolar, a Secretaria Adjunta Irene de Souza Costa, envia por e-mail a Comunicação Interna (C.I) 10108/2020 – o dia 17 de dezembro, apontando que:

> Diante do exíguo prazo para que a Seduc providencie os procedimentos legais para efetivar a mudança de modalidade de oferta de ensino da EE Nadir de Oliveira, conforme as diretrizes desse novo atendimento que seria apresentado à comunidade escolar na reunião agendada para o dia 16/12/2020 e que, infelizmente não se realizou, solicitamos a Vossa Senhoria, com URGÊNCIA, o envio do Termo de Compromisso (anexo) entregue aos pais no ato da rematrícula, no qual ele registrou a concordância em manter o estudante matriculado na escola ou que solicita sua transferência. (C.I, SEDUC, Irene de Souza Costa, 2020).

Constava no aludido termo de compromisso que o responsável estava ciente que ao assinar o documento, matricularia seu filho em uma unidade escolar da Polícia Militar Tiradentes. Ponderava também que a Escola seria transformada a partir de Fevereiro de

2021. Nesse documento, também estavam contidas informações sobre a utilização e aquisição de uniformes, horários de aula e demais informações da rotina nas escolas militares da Polícia Militar.

Após esse primeiro momento de diálogo institucional, entre a gestão escolar e órgãos específicos da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), no dia 17 e dezembro de 2020, a comitiva composta pelos profissionais representando a SEDUC e da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso – foram até a unidade escolar, com intuito de realizar a audiência pública sobre o projeto de transformação da unidade escolar em Escola Militar da Polícia Militar Tiradentes.

Estiveram presentes na reunião representantes do Conselho Deliberativo e Consultivo Escolar, Representantes do Sindicato dos Profissionais da Educação de MT, junto aos demais representantes do órgão central. Tratou-se sobre o tema e reforçou-se ideia da impossibilidade de realizar a discussão, tendo em vista o seu grau de complexidade, de modo que não ocorreu naquela data a deliberação.

Com efeito já se incitavam pequenos grupos midiáticos locais, que veiculavam a proposta através de redes sociais. Na linha de atuação realizada, iniciou-se narrativas de que a unidade escolar tinha profundas relações com o tráfico de drogas, incentivava o consumo de entorpecentes e apontavam a incompetência dos profissionais que nela atuavam[4].

Após reunião com os representantes no dia 17 de dezembro, encaminhou-se no dia seguinte, um e-mail para a Secretária Irene, com cópia aos demais profissionais da SEDUC que estavam na organização do processo. Nesse e-mail solicitava-se esclarecimentos e apontavam indícios de irregularidades no processo, como pode ser visualizado na imagem figura 2:

[4] Esses boatos eram recorrentes em pontos de encontros do bairro como bares, praças e cultos. Moradores relatavam que ouviam comentários e alguns jornais alternativos como O Empallador, Blog do Pedro Luiz, VG Notícias, entre outros também apresentavam narrativas sobre o acontecimento. Algumas das narrativas podem ser encontradas nos links que seguem: <Escola Nadir de Oliveira poderá aderir modelo militar com gestão compartilhada pela Seduc | VGN - Notícias em MT com credibilidade (vgnoticias.com.br)> publicado originalmente em 23 de Dezembro de 2020, acesso por esse pesquisador no dia 04 de Julho de 2023. <Sintep vê manobra e denuncia fraude em militarização de escola em VG (gcnoticias.com.br)> Publicado originalmente em Fevereiro de 2021, acesso por esse pesquisador no dia 04 de Julho de 2023. <https://fb.watch/lA434bjrtA/> Narrativa do Ten. Cel Dorileo em defesa da militarização, publicado nas redes sociais no dia 20 de Janeiro de 2021, acesso por esse pesquisador no dia 04 de Julho de 2023. <https://youtu.be/gUQfBUN0Ugg> Vídeo publicado no Canal TV PMMT, publicado em 2018, que serviu de base para as narrativas utilizadas no caso da EE Profa. Nadir de Oliveira. Acesso por esse pesquisador em 05 de Julho de 2023.

Figura 2 - Cópia de e-mail solicitando esclarecimentos



Pedido de Esclarecimento sobre CI 10108/2020 - SEDUC/SAGE

Varzea Grande - EE Prof. Nadir de Oliveira <VZG.EE.Nadir.Oliveira@educacao.mt.gov.br>
Sex, 18/12/2020 13:35

Para: Irene de Souza Costa <irene.costa@educacao.mt.gov.br>
Cc: Celia Margarida de Campos Leite <celia.leite@educacao.mt.gov.br>; Felipe Bispo do Nascimento <felipe.nascimento@educacao.mt.gov.br>; Varzea Grande - Assessoria Pedagogica <VZG.ass.pedagogica@educacao.mt.gov.br>

Prezada Superintendente,
Ao dias 18 de Dezembro de 2020 recebemos na unidade escolar a Comunicação Interna (CI) 10.108/2020 da SEDUC/SAGE, referente ao processo de discussão da possibilidade de implantação do modelo de escolarização Militar na E.E Profª Nadir de Oliveira, em Várzea Grande.
Em analise preliminar do documento recebido, o CDCE da escola apontou alguns aspectos que necessitam melhores esclarecimentos, devido a supostos indícios de irregularidades administrativas neste processo.
Portanto, solicitamos de Vossa Senhoria, agende reunião com urgência a partir da data de recebimento deste e-mail, com o CDCE e comunidade escolar para prestar esclarecimentos, consoante a Ata 01/2020 registrado em 17/12/2020.

Atenciosamente,

Dr. Marcos Fausto
Diretor Escolar,

Profº Me Jalme Santana de Figueiredo Junior
Membro do CDCE da Escola.

Marcos Alves Fausto
Diretor - Biênio 2019/2020
Matrícula 227140 Vínculo 1
RG 18504752 SSP/MT

Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Data: 18/12/2020 - 14:55
Protocolo n.: 493659/2020

Fonte: Acervo documental do pesquisador (2020).

No dia 23 do mesmo mês estiveram na unidade escolar O Diretor Dr. Marcos Fausto, a Ten. Cel. Fernanda Leonel Machado (PMMT/SEDUC),Ten. Cel. Mario Luiz P. Souza Machado (PMMT), Denival Rodrigues Galibert (Vereador), Antônio José de Oliveira (líder comunitário), Felipe Bispo do Nascimento (SEDUC), Rômulo Lisboa Bandeira dos Santos (aluno de Ensino Médio), Sebastião de Campos Curado (Presidente do Bairro Jardim Glória), Jean Carlos de Oliveira (membro do CDCE), Prof. Thiago Moratelli (Professor da unidade escolar), Prof. Me. Jalme Santana de Figueiredo Junior (membro do CDCE) Ten. Cel. André Avelino Figueiredo Neto (PMMT).

Nessa reunião os policiais presentes fizeram exposição sobre o modelo da escola Tiradentes e as vantagens que ela traria para a comunidade local, foi apontado o aspecto do Ciclo Virtuoso da Pedagogia Militar. Registrado no caderno de atas como termo de visita 03, foi inserido no relato os questionamentos e encaminhamentos feitos no sentido de não provocar a audiência pública, sem tempo hábil para esclarecimento da comunidade escolar (documento disponível no trabalho da tese).

Após essa reunião, cessaram as comunicações entre os órgãos centrais e a unidade escolar, representada pelo Conselho Deliberativo e Consultivo Escolar (CDCE). Desta feita, no dia 30 de dezembro, ocorreu a posse dos diretores escolares que

iniciariam suas funções no ano 2021. Nesse dia, a E.E Profa. Nadir de Oliveira não constou no rol de escolas disponíveis (documento disponível no trabalho da tese).

Para todos os efeitos, o ano letivo de 2021, iniciou com muitas incertezas na EE Profa. Nadir de Oliveira. Não havia diretor instituído, o Conselho Deliberativo e Consultivo Escolar (CDCE) não possuía poder administrativo, e as turmas ainda não poderiam ser fechadas para gerar as atribuições. Nesse contexto, a unidade escolar recebe diretamente do Gabinete da Secretaria Adjunta de Gestão Educacional, no dia 20 de janeiro de 2021, o encaminhamento de realização da audiência pública. Em formato de Comunicação Interna (C.I), apontava que seria de responsabilidade da Assessoria Pedagógica de Várzea Grande, a realização da audiência pública para o dia 21 de janeiro de 2021, na quadra de esportes da escola.

Figura 3 - Encaminhamento para audiência pública



Tela Documento http://sigeduca.seduc.mt.gov.br/jad/hwgadteladocumentoimprim

Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

CI.: 632/2021 - SEDUC/SAGE Cuiabá, 20 de janeiro de 2021.

De: Gabinete Do Secretario Adjunto de Gestão Educacional
Para:
EE Nadir de Oliveira - Varzea Grande

Senhor(a) Diretor(a),

Comunicamos a necessidade de realização de Audiência Pública de apresentação do Projeto de Transformação de escola estadual regular em escola estadual militar, com base na Lei n. 11.273/2020, que deverá ocorrer no dia 21 de janeiro de 2021, às 19:00h, na quadra de esportes da escola.

A referida audiência será coordenada pela Assessoria Pedagógica de Várzea Grande, por meio da Assessora Pedagógica Geovani Rodrigues Pires Provenzano, observando, em razão da pandemia de covid-19, medidas excepcionais de prevenção dos riscos de contaminação, conforme Decreto Estadual n. 783, de 15/01/21, estando a presença física limitada a 100 (cem) pessoas, assim distribuídas:

- 25 direito de votos do segmento de Pais e alunos regularmente matriculados;
- 50 da Comunidade em geral – entorno da escola com comprovação de residência;
- 20 profissionais da educação vinculados à unidade escolar;
- 03 representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP/MT;
- 02 representantes de organizações civis e/ou autoridades municipais.

Solicitamos que adotem medidas para convocar a comunidade escolar e garantir a realização do evento. Caso precisem de outras orientações, reportar à Assessoria Pedagógica de Várzea Grande.

Atenciosamente,

Irene de Souza Costa
Secretário(a) Adjunto de Gestão Educacional

1 of 2 20/01/2021 1

Fonte: Acervo documental do pesquisador 2021

No dia 21 de janeiro de 2021, realizou-se a audiência pública. Marcada por muitos momentos de tensão, e provocando aglomeração em momento que a Organização Mundial da Saúde (OMS), indicava o afastamento como medida de combate a COVID-19, participaram muitas pessoas, dentre elas professores, vereadores, alunos, deputados, lideranças comunitárias, conselheiros tutelares, advogados e membros da segurança pública – conforme lista de presença (documento disponível no trabalho da tese).

Na oportunidade fizeram a utilização a fala o Professor Me. Jalme Santana de Figueiredo Junior – apontando os resultados positivos da EE Profa. Nadir de Oliveira, advogando pela sua não militarização e o Ten. Cel. Dorileo – apresentando o modelo de gestão militar e seus respectivos resultados, advogando em favor da militarização da unidade escolar, após os pronunciamentos dos presentes, registrou-se aprovação da maioria pela transformação (documento disponível no trabalho da tese).

A partir daí começam as mudanças significativas na unidade escolar, a chegada dos membros da polícia militar que trabalhariam na unidade escolar, a troca do nome e a posse do Diretor Cel Oliveira, que seria responsável pelo processo de transição. Atualmente, a EE Militar Tiradentes Ten. Cel PM Louison Rodrigues Benevides não funciona mais no prédio localizado no Bairro Jardim Glória II (onde localizava-se a EE Profa. Nadir de Oliveira).

O processo de militarização da Escola Estadual Professora Nadir de Oliveira se inseriu em um movimento mais amplo de reconfiguração da educação pública em Mato Grosso, marcado por disputas simbólicas e materiais no interior do espaço escolar. A narrativa construída pelos documentos, falas e decisões institucionais revela um tensionamento entre projetos de sociedade, em que o modelo militar se consolida como estratégia de controle social e disciplinarização dos sujeitos, ancorado em uma lógica autoritária de organização do espaço educativo.

Diante dos aspectos analisados neste tópico, que inclui a contextualização da audiência pública, o processo de transição da EE Professora Nadir de Oliveira para o modelo militarizado e a caracterização da Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes Ten. Cel. PM Louirson Rodrigues Benevides, evidencia-se que a militarização das escolas em Mato Grosso está profundamente ancorada em dinâmicas políticas, institucionais e sociais específicas. Desta feita, assim saiu a professora e entrou o coronel.

As influências do modelo militar no Ensino de Geografia nas escolas Tiradentes em Mato Grosso

Neste tópico, analisa-se como a militarização da escola pública, compreendida como dispositivo de uma racionalidade neoliberal e tecnocrática de gestão educacional, incide sobre o ensino de Geografia sem promover alterações curriculares formais, mas atuando por meio de condicionantes institucionais e organizacionais.

À primeira vista buscar índices oficiais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)[5] ou o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)[6] em Mato Grosso aparecem naturalmente como alternativa plausível. no entanto, esses indicadores tendem a mascarar mais do que revelar a realidade, especialmente por não considerarem fatores como o processo seletivo de ingresso e a ausência de ensino noturno nas escolas militares Tiradentes.

Para se estabelecer marco comparativo entre unidades escolares, é justo que não seja colocado o contraponto do modelo escolar não militar com o militar apenas por indicativos avaliativos de desempenho dos estudantes. Sendo assim, a problemática de como a militarização pode afetar o ensino e aprendizagem da Geografia nas escolas militares, precisa ser analisada a partir de outros indicativos, que não sejam apenas resultados de testes ou notas auferidas ao desempenho dos estuantes.

É importante destacar que as Escolas Militares Tiradentes da Polícia Militar de Mato Grosso, fazem parte do sistema estadual de educação, caracterizada por uma ação conjunta entre a Secretaria Estadual de Educação, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros militar, conforme redação do artigo 2º da lei conforme estabelecido na Lei 10.922 de 2020 "Art.2º As escolas Estaduais Militares de que trata esta Lei serão implementadas por intermédio de ações conjuntas da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros [...]" (Mato Grosso, p. 01, 2020)

A previsão do dispositivo destaca duas questões importantes, primeiro: as escolas militares são relacionadas a Secretaria de Educação e segundo: seu objetivo está direcionado a promoção da cultura da paz, exercício da cidadania e do patriotismo. Portanto, são delimitadas uma atividade pedagógica e uma atividade de rotina escolar. Na atividade pedagógica estão inseridas as orientações afetas a Secretaria de Educação,

[5] O Ideb é um indicador que mede a qualidade do ensino no Brasil. Ele é calculado com base em dados do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (Inep, 2025)

[6] O CAEd MT é a Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Mato Grosso. O CAEd é um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que reúne professores, pesquisadores e colaboradores atuantes nas áreas de avaliação e políticas públicas educacionais (UFJF, 2025).

já na disciplinar a atividade dos oficiais militares "essa disciplina trabalhada tem como prioridade a ordem, o poder como coerção" (Braz, p. 99, 2004). As atividades disciplinares são ações constantes das escolas estaduais militares, devem ocorrer obrigatoriamente (chamadas de ordem unida), são realizadas a partir da supervisão dos profissionais militares e são elencadas pelo:

> Art. 4º Dentre as atividades constantes das Escolas Estaduais Militares, deverão constar obrigatoriamente:
> I – execução diária do Hino nacional em Postura adequada;
> II – uso de uniforme próprio da respectiva escola militar;
> III – formação de fila marcial para acesso às salas de aula;
> IV – estimulo de valores e princípios militares;
> V – prática de atividades esportivas que estimulem disciplina, autocontrole e cooperação;
> VI – palestras;
> VII – formatura e desfiles militares;
> VIII – atividades científicas, culturais e musicais (Mato Grosso, p. 2, 2020).

Essas ações fazem parte da rotina da escola militar, desde a chegada do estudante na escola até sua saída. A maior parte do tempo em que ele vivencia a escola, se depara com os princípios da ordem unida, desse modo "A disciplina militar acaba sendo a determinante na formação dos valores propostos pelo Colégio" (Braz, 125, 2004). Conduzidas pelos oficiais, as ações da ordem unida contemplam funções que podem ser exercidas pelos estudantes, considerando uma perspectiva de hierarquia, obediência e conquista de méritos individuais:

> Sendo assim, a própria estrutura organizacional da Polícia Militar constitui sua organização hierárquica paralela como: Conselho de ensino, Corpo de aluno e o Xerife, onde os alunos estão sempre subordinados a um comandante [...] (Braz, p. 118, 2004).

A execução dessas ações possibilita aos estudantes um momento de exercer a disciplina dentro dos princípios militares, aqui relacionado a obediência hierárquica e o direcionamento dos comandos a serem realizados, seja no processo de conduzir a recepção dos professores em sala de aula (atividade do Xerife), seja nos fluxos de filas e execução dos hinos nos espaços fora da sala de aula supervisionado pelo Corpo de alunos (Braz, 2004).

Portanto, estabelece-se uma relação fragmentada, na qual o estudante, fora de sala de aula, é submetido à rotina disciplinadora dos princípios militares – organizada por oficiais – e, em sala, experiencia ações pedagógicas conduzidas por professores civis. Essa fragmentação entre o tempo disciplinar e o tempo pedagógico não deve ser compreendida como ume feito isolado da escola militarizada em si, mas como expressão

de uma racionalidade mais ampla de gestão educacional, ancorada em princípios neoliberais e tecnocráticos. Nesse sentido, a militarização da escola pública constitui menos uma causa autônoma e mais um dispositivo operacional de políticas educacionais orientadas pela lógica da eficiência, do controle e da padronização.

Vale destacar que o conjunto de materiais disponibilizados aos estudantes, os processos de atribuição e distrato de professores, o funcionamento dos conselhos de classe, os sistemas de avaliação, as provas externas de aferição de aprendizagem e os projetos implementados pelas políticas de governo não diferem substancialmente entre escolas militares e não militares. Desse modo, os condicionamentos institucionais que incidem sobre o ensino de Georgafia não decorrem exclusivamente da presença do aparato militar no cotidiano escolar, mas da incorporação de uma lógica gerencial e tecnocrática que redefine o papel da escola pública, do trabalho docente e da formação crítica dos estudantes.

Em síntese, os elementos pedagógicos e organizacionais das Escolas Militares Tiradentes – no que se refere à atribuição docente, ao currículo, às avaliações externas e aos materiais didáticos – não apresentam diferenças estruturais em relação às demais escolas estaduais. Assim, os desafios para o desenvolvimento do pensamento crítico e da Educação Geográfica não se devem especificamente à militarização do ambiente escolar, mas a fatores estruturais da educação pública brasileira, profundamente vinculados às orientações das políticas de governo neoliberal e à influência do capital nas decisões educacionais.

Embora o ambiente militarizado imponha normas comportamentais rígidas, o ensino de Geografia permanece conectado com as diretrizes tradicionais da rede estadual e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A militarização, portanto, manifesta-se mais como espécie de moldura simbólica e disciplinar do que propriamente um conteúdo pedagógico de aspecto inovador.

Considerações finais

A pesquisa buscou compreender por que transformar uma escola pública em escola militar e como essa transformação pode refletir no ensino de Geografia. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, como estudo de caso, análise documental e revisão bibliográfica. Os resultados indicaram que a militarização da gestão escolar

promove uma centralização das decisões, reorganiza hierarquias internas e intensifica a padronização visual e comportamental da comunidade escolar.

Em termos pedagógicos, não se verificaram mudanças estruturais no currículo, nos materiais didáticos ou na organização das aulas de Geografia, que permanecem reguladas pelas diretrizes comuns às demais escolas públicas, bem como o processo de atribuição dos professores, que segue os mesmos ritos burocráticos das escolas não militares.

Por se tratar de um estudo de caso, foi necessário apresentar o processo de transformação da EE Profa. Nadir de Oliveira em uma unidade escolar Tiradentes, da Polícia Militar de Mato Grosso, para se apresentar o caso, foram fundamentais a exposição das evidencias materiais que foram registrados, como atas de reuniões, comunicação interna, listas de presença, dentre outros – que foram oportunamente elencados cronologicamente no trabalho da tese, em capítulo específico.

A análise dos documentos, evidenciou a ação governamental como fio condutor principal no processo de transformação da escola, bem como na construção de uma política de ampliação das escolas Tiradentes em Mato Grosso. A forma como se desencadearam as ações que promoveram a transformação, demonstrou a força do governo enquanto agente de transformação espacial, gerando diversos efeitos (Santos, 2012).

Sobre o cerne do processo de ensino e aprendizagem – em termos pedagógicos os modos de atribuição de professores, prestação dos recursos executados, material didático e Currículo são os mesmos, tanto das escolas militares quanto das não militares. Em perspectiva de educação geográfica, a desigualdade central não está produzida essencialmente pela expansão do modelo da escola Militar Tiradentes, mas sim no próprio processo de produção da educação de Mato Grosso.

Os dados empíricos analisados ao longo da pesquisa demonstraram que a militarização das escolas públicas em Mato Grosso não implicou alterações substanciais no modelo pedagógico vigente. O currículo, os conteúdos, os métodos avaliativos e os referenciais didáticos permanecem atrelados às diretrizes estaduais e nacionais, como a BNCC e as normativas da SEDUC-MT. Portanto, a militarização não inaugura um novo projeto educacional, mas se sobrepõe à estrutura escolar existente, promovendo apenas ajustes de caráter simbólico e disciplinar.

Os resultados da pesquisa permitem afirmar que os efeitos observados sobre o ensino de Geografia não decorrem da escola militarizada como causa isolada, mas da incorporação, no interior da escola pública de uma racionalidade neoliberal e

tecnocrática de gestão educacional. A militarização opera, nesse contexto, como um dispositivo institucional que materializa essa lógica no espaço escolar, sem promover alterações estruturais no currículo ou nos conteúdos da Geografia, mas incidindo sobre os condicionantes institucionais e organizacionais que atravessam a prática docente.

Embora o discurso oficial sobre as escolas militares enfatize a disciplina como eixo estruturante da proposta, na prática, ela se manifesta predominantemente por meio de rituais, normas comportamentais e elementos de distinção visual, como a ordem unida, a hierarquia e os uniformes. Nesse contexto, a disciplina opera mais como forma do que como conteúdo, reforçando códigos de conduta sem reconfigurar as bases estruturais do ensino de Geografia em sala de aula.

A ampliação do modelo da escola Tiradentes é efeito, gerado pela ação de implementar uma educação pública formal a partir da lógica empresarial, buscando formar o cidadão empreendedor ao invés do cidadão crítico para o mundo do trabalho. Os valores militares que são empregados nessas escolas: disciplina, hierarquia, obediência, patriotismo, dentre outros, coadunam com esse objetivo.

Longe de representar um modelo exclusivamente conservador e autônomo, as escolas militares operam como dispositivos tecnocráticos que legitimam a captura de recursos públicos por interesses privados, em consonância com a lógica de um Estado gerencial e de mercado. A ação transformadora, que compete aos professores de geografia que estão inseridos nesse processo, não está na oposição superficial da ampliação das escolas Militares Tiradentes, mas sim na oposição profunda ao modelo de governo empresarial que tem no aparato militar sua força para liquidar e minimizar as oposições (Sodré, 1992).

Frente a esse cenário, torna-se urgente fortalecer a autonomia docente dos professores de Geografia como sujeitos produtores de conhecimento, capazes de resistir às imposições de modelos tecnocráticos e conservadores. É na sala de aula, por meio do ensino crítico e contextualizado do espaço geográfico, que se pode tensionar os limites impostos pela lógica disciplinar, reativa e funcionalista das escolas militarizadas.

Compreender o papel estruturante do capital na organização do espaço educacional, possibilita ao professor de Geografia reafirmar sua função social e política de contribuir para a formação de sujeitos capazes de interpretar e transformar a realidade. A tese demonstrou que o processo de militarização das escolas públicas em Mato Grosso não se configurou como alternativa pedagógica, mas como parte estratégica ampla de uma gestão tecnocrática da educação, vinculado ao ideário neoliberal e à lógica da austeridade fiscal.

A escola militar Tiradentes, embora revestida de símbolos atrelados a eficiência disciplinar, sustenta-se sobre estruturas pedagógicas convencionais, servindo, sobretudo, como instrumento de controle social e gestão por resultados. A partir desse diagnóstico, abrem-se possibilidades de aprofundamento em pesquisas que investiguem o impacto dessa configuração no ensino de outras áreas do conhecimento e seus efeitos na formação crítica e democrática dos estudantes da escola pública.

Referências

ALVES, Miriam Fábia; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 633-647, set./dez. 2019. https://doi.org/10.21573/1981-0431.2019v35n3.96283. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes das escolas cívico-militares.** 2. ed. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRAZ, Maria Luzenira. **Educação e formação de jovens na gestão militar do Colégio Estadual Tiradentes** (Cuiabá-MT). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004. Disponível em: https://www.bdae.org.br. Acesso em: 3 dez. 2023.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. ver. e ampl. – 15. reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

FELIX, Pedro Carlos Nogueira. **História de Mato Grosso:** dos primeiros tempos à atualidade. Cuiabá: Defanti Editora, 2008.

FIGUEIREDO JUNIOR, Jalme Santana de. Apologia de Nadir de Oliveira: o processo de militarização de uma escola estadual em Mato Grosso. *In*: **Anais** do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78211. Acesso em: 22 jun. 2025.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** (Ideb). Brasília: INEP, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb. Acesso em: 27 mar. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Diniz de Abreu. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARINS, Carlos Eduardo de Oliveira. **Da escola ao quartel, do quartel ao curral eleitoral:** a Geografia das escolas militarizadas em Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2024. Disponível em: https://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/1538. Acesso em: 25 jul. 2024.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Plano Global de Ensino** – PGE. Escola Estadual Profa. Nadir de Oliveira, Várzea Grande, 1988.

MATO GROSSO. **Lei n. 10.922, de 12 de julho de 2019**. Cria o Programa de Gestão Compartilhada Cívico-Militar para criação ou transformação de unidades específicas da rede pública de ensino fundamental e médio do Estado de Mato Grosso em Escolas Militares – EMMT e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá. Disponível em: https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/15604. Acesso em: 2 ago. 2021.

MATO GROSSO. **Lei n. 11.273, de 18 de dezembro de 2020**. Regulamenta o funcionamento e a criação ou transformação, no âmbito da PMMT, das escolas estaduais da Polícia Militar Tiradentes, e, no âmbito do CBMMT, das escolas estaduais do Corpo de Bombeiros Militar Dom Pedro II, no Estado de Mato Grosso. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá. Acesso em: 18 jun. 2023.

MATO GROSSO. **Lei n. 10.111, de 6 de junho de 2014**. Dispõe sobre a revisão e alteração do Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei n. 8.806, de 10 de janeiro de 2008. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá. Acesso em: 18 jun. 2023.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Revista Educação 10 Anos:** Mato Grosso entre as melhores redes de educação pública do Brasil. Cuiabá, n. 2, maio 2023. 40 p. Disponível em: https://www.seduc.mt.gov.br. Acesso em: 18 jun. 2023.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973).** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Milton. **Por uma nova Geografia:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. – 2. reimp. São Paulo: EdUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. – 5. reimp. São Paulo: EdUSP, 2017.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção Educação Contemporânea).

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado:** violência urbana, neogrotesco e mídia. São Paulo: Cortez, 1992. (Biblioteca da Educação, v. 6).

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura.** 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política:** as mudanças de padrões na vida brasileira. Trad. Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TIELLET, Maria do Horto Salles. Expansão das escolas e colégios militares retoma a lógica da exclusão. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 806-827, set./dez. 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/rbpae. Acesso em: 22 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação** – CAEd. 2025. Disponível em: https://institucional.caeddigital.net/index.html. Acesso em: 27 mar. 2025.

VÁRZEA GRANDE. Câmara Municipal. **Sessão Ordinária do Dia 22 de Dezembro de 2020**. Apresentação do Ten. Cel. Assis sobre o projeto das escolas militares Tiradentes em Mato Grosso. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso em: 18 jun. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em 6 de julho de 2025.

Aceito para publicação em 29 de janeiro de 2026.